

O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade

Ana Fani Alessandri Carlos
Universidade de São Paulo

p. 472– 486

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 18, nº 3 (2014)

ISSN 2179-0892

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>

Como citar:

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade

O tema em tela nos é imposto pela realidade atual e diz respeito à necessidade de compreender as contradições vividas no espaço urbano como conflito, em suas tensões, na vida cotidiana, decorrentes de um processo de urbanização desigual. O corpo é um ponto de partida para refletir sobre as manifestações que vêm ocorrendo no Brasil e ganharam vulto pelas assim chamadas “jornadas de junho”, como forma de protesto, com a ocupação de ruas e avenidas, em muitas cidades brasileiras, por uma parte significativa da sociedade. Trata-se de ações que, ao questionarem a realidade urbana, indicam a necessidade, ainda de modo incipiente, de um projeto de construção de uma “outra sociedade”. Todavia não há projeto possível sem a compreensão dos fundamentos desta sociedade – essa é a nossa tarefa.

O raciocínio aqui desenvolvido tem por hipótese a produção do espaço como elemento central para a compreensão do mundo moderno – tanto do ponto de vista da realização do processo acumulativo do capital, e da respectiva ação do Estado no sentido de criar os fundamentos para a reprodução das relações sociais capitalistas, quanto da realização da vida urbana. É por isso que os conflitos que eclodem nas cidades realizam-se como luta pelo espaço, como exercício de cidadania, revelando uma prática cindida, e não um discurso.

Entendo que estar na universidade é aceitar o convite e o desafio de pensar a realidade e nossa condição no mundo como sujeitos ativos. Um caminho de descoberta que tem como pressuposto o respeito à diferença, o espírito crítico e, como escreve Goethe “uma fé no ilimitado”. Neste contexto, entendo que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) tem um significado importante: ela não é uma escola profissionalizante, mas um lugar de construção de um pensamento crítico sobre o mundo moderno, capaz, portanto de desvendar seus significados mais profundos, para além das falsas aparências que dominam as análises superficiais sobre ele.

No que concerne ao tripé fundante da universidade, entendo que a pesquisa situa-se no movimento ininterrupto do mundo estabelecido pela indissociável articulação entre teoria e prática, focando o mundo da práxis, que ilumina aquele da vida cotidiana como lugar das resistências e da elaboração das estratégias de luta, uma vez que é o lugar concreto onde se situam as contradições as quais limitam a vida e a subordinam à lógica da acumulação do capital e ao comando do Estado. Desse modo, a produção acadêmica abre-se para um horizonte utópico, e não para a geração de alternativas objetivando manter o mundo exatamente como é, mudando-lhe as formas ou criando novos discursos que o justifiquem. Nesse sentido, penso que a FFLCH é lugar da construção do pensamento alternativo.

Nessa direção, entendo o ensino como ação comprometida com a formação do cidadão, instigando as faculdades criativas voltadas ao exercício da liberdade e visando a uma formação humanista – ou seja, como escreve Jaeger (2003, p. 13-14):

[...] a educação do homem de acordo com a verdadeira forma humana, com seu autêntico ser [...] [isto porque] acima do homem como ser gregário ou como suposto eu autônomo ergue-se o homem como ideia [...] o homem genérico na sua validade universal.

Momentos de interrogação, ensino e pesquisa devem habitar o tempo lento da reflexão, e não o rápido que nos é imposto pela competição no mercado e seus critérios de produtividade. A tarefa acadêmica é improdutiva por excelência; seu comportamento é crítico por necessidade; seu compromisso, indiscutível, é com a sociedade.

Já a atividade de extensão – terceiro termo do tripé que vem caracterizando a universidade – apresenta-se como a face mais clara de seu caráter público, o que não parece ser sua abertura para festas regadas a cerveja e embaladas pela droga como mercadoria, que alimenta o narcotráfico como o grande negócio da atualidade. Esse sentido público realiza-se por meio da pesquisa crítica, que questiona as formas sempre atualizadas da alienação imposta pelo mundo moderno. É o compromisso com a mudança de nossa sociedade por meio da compreensão de nossa realidade, objetivando o fim das desigualdades vividas concretamente nas situações de fome, de escravidão, nas condições de vida indigna, de nossa condição de voyeurs – telespectadores de BBB –, da vida cindida de todos os dias eivada de privação.

Vivemos numa sociedade urbana em mudança, o que aponta as metamorfoses do espaço urbano e, conseqüentemente, as transformações na vida urbana em seu caráter mundial – numa prática socioespacial profundamente desigual, marcada pela segregação. No limite, podemos afirmar que vivemos numa sociedade terrorista, definida não pelas armas nas mãos de guerrilheiros, mas por aquilo que redefine os conteúdos da vida normatizada, naturalizada, reduzida ao mundo da mercadoria com seus signos e linguagem, e ainda pela opressão imposta pelas formas renovadas da acumulação, agora sob a égide do financeiro e sustentadas pelo Estado. Uma realidade que se consolida pela queda dos referenciais urbanos que marcam e sustentam a vida – campo de construção da identidade –, queda a qual coincide com a construção do individualismo baseado numa urbanidade centrada no hedonismo de massa, como aponta Horkheimer (1976), em que cada cidadão é militante de si mesmo, como escreve Lipovetsky (1991), ou na qual cada um é para o outro uma garrafa de coca cola, como assevera Thiery

Pacquot (1990). A construção desse novo individualismo que contribui para o aprofundamento da atomização da sociedade cria-se e desenvolve-se no bojo da sociedade de consumo, produzindo-se a partir de uma nova orientação: a existência do hedonismo que dá legitimidade aos prazeres e satisfações materiais mais íntimos.

Nesse processo, a cultura de massa acaba por desempenhar um papel fundamental, reforçando as pressões sociais sobre o indivíduo, impondo modelos de imitação coletiva, o que finda por pulverizar o homem. Hoje, no lugar das convenções, costumes e crenças, constroem-se o vazio e a identidade abstrata. No lugar da identidade criada praticamente pelas atividades humanas, impõem-se a toda a sociedade as imagens fluidas de uma sociedade programada e, aparentemente, sem sujeitos, na qual as pessoas se reconhecem em sua demanda mercantil.

Em primeiro lugar, o corpo

Para Michel Bernard (1995), é inútil justificar uma reflexão sobre o corpo, pois a vida o impõe cotidianamente, já que através dele sentimos, desejamos, agimos, exprimimos, criamos. Portanto o corpo tem uma função de mediação social (Bernard, 1995, p. 7). Logo, não quero chamar a atenção para uma possível ontologia sobre a corporeidade de nossa existência como refúgio de nossa individualidade, mas apontar sua dimensão social numa dialética da passividade (associada a formas de apropriação privada da riqueza gerada na sociedade, que impõem limites e criam barreias ao livre acesso dos sujeitos aos espaços-tempos da vida cotidiana, submetidos à representação que sustentam a fim de legitimar essa desigualdade) e a consequente subversão que o corpo impõe ao apropriar-se do espaço público. Isto é, o modo como o corpo transita nos espaços-tempos de realização da vida cotidiana permeados por acessos normatizados como produtos das cisões que marcam a vida em espaços diferenciados, submetidos à coação da propriedade privada do solo urbano, traz em seu âmago aquilo que nega essa situação. Portanto o corpo abre-se para o vivido no seio de uma prática que é socioespacial, sugerindo uma análise que caminha na direção oposta à sua apologia como exploração sexual ou mera exposição da mercadoria (como bem o demonstram os cartazes que dominam a paisagem urbana contemporânea, magistralmente analisada por Drummond (2001) em seu poema “Eu etiqueta”).

Assim, o corpo é a expressão de relações sociais assentadas na dialética subordinação/subversão. O homem se relaciona com o espaço através do corpo, este é a mediação necessária a partir da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros – uma relação com os espaços-tempos definidos no cotidiano. Desse modo, o corpo transita por diferentes escalas, ligando-as. Em primeiro o lugar, a casa (a partir de onde o sujeito começa a construir suas relações familiares e primeiras referências); depois a rua, na qual se vê em relação com o outro, instituindo tramas identitárias; depois a escala do bairro, que vai ganhando dimensão como relação de vários espaços-tempos mediados pela troca social (de todos os tipos); e, articulando essas escalas, o corpo depara-se com a cidade, multifacetada e múltipla, de ações simultâneas e imagens que seduzem e orientam. Delineia-se assim uma justaposição de momentos da vida e escalas espaciais. Portanto nossas relações vão ganhando dimensões espaciais cada vez mais extensas, ligando-nos a espaços mais amplos associados

a tempos contínuos e descontínuos – esse conjunto de relações envolve e concretiza como presença real o indivíduo, inicialmente pela corporeidade nos espaços-tempos da vida. A escala da vida cotidiana realiza-se concretamente, portanto, a partir de relações espaço-temporais, isto é, o modo como minha vida se desenrola revela uma dimensão espacial – a física nos deixa claro que todo corpo ocupa um lugar no espaço –, o que nos coloca a questão de como a realização da vida pode ter, nessa condição, um pressuposto. Daqui é possível discernir que todas as nossas relações ocorrem em lugares no espaço, marcados por tempos definidos. A cidade, como lugar da apropriação da vida, por meio do corpo e todos os seus sentidos, marca uma presença.

Nossa existência tem uma corporeidade porque agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, o que para Perce (1974) é o nó vital e imediato visto pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura.² O corpo como ponto de partida ilumina a cidade, como materialidade. Isso porque as relações sociais têm uma existência real como existência espacial concreta. Quer dizer que as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marca a duração da ação. Desse modo, espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, revelando uma ação que se realiza como modo de apropriação. Como produto social e histórico, produzido no decurso do processo civilizatório – como momento do processo de constituição da humanidade do homem –, o qual contempla um mundo objetivo que só tem existência e sentido a partir do e pelo sujeito – apropriando-se dos lugares de realização da vida humana. Nessa direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, pelos modos de apropriação do ser humano visando a produção de sua vida (e o que isso implica). Ela é um lugar que se reproduz como referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que sustenta a memória, revelando a condição do homem.

O uso dos lugares da realização da vida por meio do corpo corresponde à ação humana produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os “rastros” da civilização com seus conteúdos históricos. Portanto a partir do corpo, mas superado o corpo e a materialidade do espaço, contempla a cultura, bem como uma forma de consciência sobre a atividade realizada. Desse modo, a cidade, como prática social, é espaço-tempo da ação que funda a vida humana em sua objetividade/subjetividade, superando-a como simples campo de experiência. Como produto social, lugar da vida humana, condição da reprodução, envolve dois planos: o individual (que se revela, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (plano da realização da sociedade), como história. Assim, ao focar a prática em suas múltiplas dimensões, o movimento do pensamento vai na direção do concreto, da prática urbana real com as contradições vividas.

1 O “lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social e envolve a construção de um espaço pessoal além do espaço fisiológico literalmente definido” (Smith, 2000, p. 145).

2 “[...] a extensão, o exterior, o que é exterior a nós, o meio no qual nos deslocamos, o meio ambiente, o espaço alentou [...]. Não espaços infinitos, mas espaços mais próximos, ao menos em princípio: as cidades, por exemplo, ou ainda os campos, ou os corredores do metropolitano, ou ainda o jardim público [...] nós vivemos no espaço, nestes espaços, nestas cidades, nos campos, nos corredores, nos jardins. Isto nos parece evidente [...] logo, os espaços são multiplicados, divididos e diversificados. Há hoje de todos os tamanhos, de todos os tipos, para todos os usos e para todas as funções. Viver é passar de um espaço a outro, tentando o não colidir” (Perce, 1974, p. 13-14).

O espaço público

A análise do corpo aponta para a da relação entre o espaço privado (da casa, da família) e os espaços públicos, marcados pela centralidade do encontro, que constitui uma identidade e uma história coletiva, realizadas na esfera pública. Essa relação marca o dentro e o fora – lugares habitados por Héstia e Hermes³ –, mas sobretudo, por meio desta relação (do dentro e fora) realizam-se os conteúdos da cidade e da vida de relações na cidade. Assim, essa relação aponta e contém o sentido conferido pela história civilizatória à cidade.

No canto primeiro da *Ilíada* (Homero, 2002, p. 59), diante da peste que assolava o exército grego no cerco à cidade de Troia, uma assembleia se realiza. Escreve Homero: “por nove dias as setas do deus dizimaram o exército; mas no seguinte chamou todo o povo para a *ágora*, Aquiles”. A reunião é um modo de decisão coletiva, o que significa a voz de todos na construção de um destino comum. No caso em tela, definirá as estratégias do exército e a sequência da batalha. Mas o que os gregos fazem é realizar o “exercício da participação”, como reunião de todos num debate que definirá uma estratégia futura de ação, realizada num espaço que tem como significado espacial simbólico a *ágora* – mesmo que essa reunião tenha ocorrido perto das naus ancoradas e não num lugar preciso e delimitado da *pólis*. Aqui a representação espacial realiza uma ação. Portanto, onde quer que os homens se reúnam, o espaço público existe como possibilidade sempre presente, mesmo quando a cidade não tenha ainda assumido a materialidade que a caracteriza, especificando o gesto.

Com os gregos – dos séculos VI e V a.C. –, o espaço público associa-se à ideia de pertencimento a um espaço e a uma comunidade. Espaço-tempo no qual todos podem decidir sobre um futuro comum, com a participação de todos. O espaço público é o lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade, sem o qual o discurso e a ação, como momento de decisão em conjunto, não seria possível. É a centralidade que marca e delinea a vida, e dá sentido a ela. É o lugar das trocas sociais de todos os tipos, incluindo aquele que envolve a palavra, o discurso que aponta e define a ação coletiva como embate e luta; identidade e diferença. É o espaço da manifestação que se constitui como forma de ação política e, como tal, não separada das conjunturas que a produzem (Carlos, 2011, p. 125-140). É também o lugar da troca mercantil, do diálogo que ela impõe, das suas regras. É aquele que reúne os diferentes sem motivos definidos, pelo simples fato de existirem.

Hoje as relações que se realizam nos espaços públicos da cidade são marcadas pelos contornos de uma crise urbana cujo conteúdo é a constituição da cidade como espaço de negócios, visando a reprodução econômica em detrimento das necessidades sociais que pontuam e explicitam a realização da vida urbana. Pela presença marcante e autoritária do Estado e de sua força de vigilância. Mas também por pequenas e múltiplas ações que resistem, a indicar sua potencialidade como espaço da presença daquilo que difere da norma e se impõe a ela.

O urbano do século XXI realiza-se como fonte de privação

Hoje, uma crise revela as dificuldades de realização do processo de acumulação. O capital se reproduz, contraditoriamente, mas a crise não se reduz a uma crise econômica, nem o capitalismo é um fenômeno econômico. Em seu fundamento social, este caracteriza

³ Deuses do panteão grego, Héstia representa a lareira, situada no interior da casa, portanto o espaço privado, enquanto Hermes representa o de fora, o espaço público.

um conjunto de relações que delimitam, definem o plano da realização da vida humana, submetendo-a. Propõe alianças e recria novas relações entre as esferas pública e privada. Essa crise requer uma nova relação entre o Estado (em suas várias escalas espaciais de dominação) e o espaço, isso porque o poder político se exerce através do espaço, como forma de dominação. Nessa direção, as políticas públicas passam a comandar os caminhos de superação dos entraves à acumulação, por meio da abertura de novas frentes de investimento que, agora, ganham centralidade na produção do espaço urbano; de mudanças nas leis de intervenção do planejamento da cidade, normatizando o uso do espaço, orientando os planos diretores, direcionando e hierarquizando o investimento na cidade; do socorro a bancos e instituições financeiras; e, não menos importante, de cortes nos gastos sociais. Essa relação vai explicitando a colagem das dimensões política e econômica da sociedade, exigindo cada vez mais políticas específicas. Isso porque a crise global nascida no mercado financeiro apela para o Estado, reforçando seu papel, ao mesmo tempo que o impede de tornar-se o gerente da empresa privada. Nessa condição, o poder político se reproduz, interferindo, constantemente, na reprodução do espaço, orientada pelas estratégias da acumulação. Estas, por sua vez, repõem os fundamentos do capital: a realização da desigualdade comandada pela realização da propriedade privada e da riqueza social que orienta o processo de valorização do valor.

No plano espacial, ligado à implosão das orientações socioculturais e da crise urbana, a metrópole separa e divide os cidadãos, em função das formas de apropriação determinadas pela existência da propriedade privada do solo urbano. A propriedade, como fundamento e como produto do processo de produção do espaço, sob o capitalismo, delineia a tendência da submissão dos modos de sua apropriação ao mundo da mercadoria; conseqüentemente, a redução do conteúdo da prática socioespacial à desigualdade de acessos. Esses processos aludem a uma nova ordem espaço-temporal: aquela que diz respeito à produção de um espaço amnésico (construído sem referenciais práticos, por uma sociedade dominada pela realização da acumulação) em relação direta com o tempo efêmero da velocidade (destituído de história). Tornados abstratos, espaço e tempo delineiam um novo modo de vida nos centros urbanos, no qual uma delimitação, bem marcada, separa a casa da rua; reduz e deteriora o uso e sentido do espaço público; apaga a vida nos bairros (onde cada um se reconhecia, por ser este o espaço da realização da vida); e torna a cidade anônima, funcional e institucionalizada (contornos de uma nova urbanidade).

Desse modo, a práxis urbana ilumina as contradições do capitalismo, cuja reprodução pressupõe e realiza a desigualdade como seu fundamento, sob formas sempre renovadas do processo de valorização que cria a cidade como segregação. Neste momento, as constantes renovações urbanas realizam-se com a destruição dos lugares, que se opõem ao indivíduo como objeto estranho, potência independente; momento em que a alienação estende-se a todos os momentos e espaços da realização da vida. Uma vida empobrecida, marcada por diferentes formas de apropriação subsumidas à lógica da distribuição da riqueza; esta, sob a forma da propriedade privada do solo urbano, delimita e normatiza os acessos à cidade como espaço-tempo da realização da vida urbana. Assim, presos a uma cotidianidade cindida em setores separados, funcionais, organizados, as atividades se estruturam, dividindo-se: o tra-

balho, a vida privada, o lazer. São separações do cidadão em relação aos espaços-tempos urbanos, em decorrência das quais os indivíduos relacionam-se com a cidade como uma potência estranha. Aqui a vida moderna aparece em sua ambiguidade: a casa do indivíduo pode mantê-lo ligado ao mundo todo pela rede de computadores e pela televisão, que permitem uma amplitude espacial cada vez maior (dando a sensação que espaços e tempos foram “domados”), enquanto, na realidade, a mediação dos objetos técnicos separa os indivíduos. Com a velocidade dos contatos e a eficiência das comunicações, a tecnologia cria, incessantemente, a sensação da comunicação, encobrindo a supremacia da não comunicação que ocorre na realidade. O individualismo constrói-se numa sociedade do *help yourself*,⁴ na qual a corrida pela novidade (as filas na porta da Apple sempre que se lançam novos objetos técnicos revelam essa situação) dissimula mal a repetição. Cultura e lazer imersos no “mundo da mercadoria”, revestido de marcas e imagens de sucesso, diferenciam as pessoas justificando os privilégios de classe.

Nesse “ambiente técnico” em renovação constante, o indivíduo se move num espaço concreto e prático cada vez mais reduzido: o uso dos espaços públicos do encontro reduz-se a ambientes fechados, privados (isolados na peça da casa, por exemplo). Se permite a comunicação, a mediação das relações sociais pela técnica dos novos objetos, que entram na vida cotidiana, realiza a alienação. Assim, a vida cotidiana apresenta-se, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, por modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo, revelando-se como norteadores da vida, formalizando e fixando as relações sociais, reduzindo-as a formas abstratas e dissipando a consciência espacial. Isso porque, na nossa sociedade, o que ganha autonomia efetiva é o valor de troca – todas as relações sendo a ele submetidas, sob a lógica da ação reguladora e organizadora do Estado, fundada na forma contratual (jurídica) e na propriedade privada (como abstração concreta). Esta, pela existência real e concreta da propriedade privada da terra/solo urbano, define os limites e fronteiras impostos ao uso do espaço, no conjunto da riqueza e das novas formas de exploração do trabalho. A existência do valor de troca permeando as relações sociais aponta a vida como fonte de privação de direitos. Diante da extensão da mercantilização, deparamo-nos com a privatização do mundo – mercantilização que vai junto com a privatização do mundo, por meio das grandes empresas que se cotizam na bolsa.

Esse comportamento aponta as transformações no sentido do espaço público, numa cidade fragmentada e partida, sintonizada com o desconhecido e o violento. Dominadas pela ação do poder político, esboçam-se a morfologia urbana e a vida urbana, justificando-se num plano desenhado na prancheta, que cria o espaço como abstração vazia, geométrico e visual, que vai pontuar a ação do planejamento. A expansão da intercambialidade do espaço impõe-se sob as formas das coações batizadas de normas, que não atingem apenas a superfície, mas os percursos. Redefine-se, nesse processo, o papel de cada habitante nos lugares da metrópole, pela limitação ao uso do espaço – que reduz e confina a possibilidade criativa; que impõe à vida cotidiana, pelas pretendidas soluções do planejamento, as coações da racionalidade técnica e da intercambialidade apresentadas como exigências. Assim, ela penetra a vida cotidiana, des-

4 O setor de serviços elimina empregos transferindo tarefas ao cliente: caixas eletrônicos, terminais de *chek-in* nos aeroportos, lojas de conveniências, padarias, postos de gasolina etc.

tabilizando-a. Trata-se aqui da contradição entre a produção social do espaço (realizada pelo conjunto a sociedade) e sua apropriação privada (subsumida à existência social da propriedade privada da riqueza), na qual o valor de troca do espaço impõe-se a seu valor de uso.

As manifestações urbanas desafiando a análise

No Brasil de hoje, como em várias partes do mundo, vivemos o tempo das manifestações nas ruas e praças (como reafirmação do espaço público), que se desdobram em lutas pela cidade movidas pela necessidade de apropriação do espaço urbano para a realização de uma outra vida (que é, basicamente, urbana). Nessa situação, entrevê-se a necessidade de “mudar a vida” a partir do questionamento “desta vida”.

As manifestações ganharam força e grande visibilidade na imprensa devido ao seu tamanho, ao tempo de duração e a sua intensidade em junho de 2013, tendo por mote inicial o transporte público: seu preço, qualidade, ineficiência. Expressão paradigmática, todavia, é o caso de Istambul, onde a construção de um empreendimento imobiliário numa área pública levou imensa quantidade de gente às ruas. Os corpos, aqui e ali, ganham o espaço – como aquele da esfera pública –, chamando atenção para o sujeito e seu destino. Reunidas, essas e outras lutas que vêm acontecendo em espaços e tempos diferenciados, pelo mundo, apontam uma crise urbana, exigindo dos pesquisadores um esforço coletivo para sua compreensão, transcendendo, sem o excluir, o discurso político.

A crise revela-se, assim, em seu conteúdo eminentemente social; sinaliza a produção de um urbano no qual os acessos à cidade, como lugar da vida urbana, acham-se subsumidos ao valor de troca e às estratégias políticas. Isso aponta a constituição do urbano como negócio, criado e orientado por alianças entre as esferas pública e privada, contra os interesses do conjunto da sociedade, tendo como consequência, dramaticamente, a segregação no seio de uma sociedade que tem na propriedade privada um pilar indiscutível de estruturação social, median-do e moldando todas as relações entre os indivíduos (por meio de várias formas contratuais) e destes com o espaço da vida (pela apropriação privada do solo urbano). Em São Paulo, o que aparecia sob o tema da mobilidade, apontando para a análise do direito de ir e vir, revelava, todavia, a metrópole superedificada que se constitui separando lugar de moradia e de trabalho, com a expulsão de parcelas significativas da sociedade das áreas urbanas centrais, sujeitas à especulação imobiliária, em direção à periferia da mancha urbana. A existência da propriedade privada, ao delimitar acessos a moradia, impõe todos os outros acessos ao espaço urbano, apontando uma sociedade que se constitui com desigualdade de direitos.

Contra essa realidade – de forma consciente ou não – as pessoas se mobilizam. Ocupar as ruas sinaliza o “mal-estar” relacionado à vida numa cidade estranha, ao mesmo tempo em que realiza os conteúdos dos espaços públicos por excelência – lugar de centralidade da vida urbana –, pensado e planejado como lugar dos carros e da circulação. Subvertido, o uso da rua agora aponta a indignação e descontentamento com a vida urbana e o modo como se constrói a cidade como forma da separação e da inclusão precária. A luta aparece questionando a mobilidade, e nessa direção vai construindo todo um discurso que sustenta medidas pragmáticas e urgentes para resolver a crise instaurada pelos corpos que tomam as ruas dominando a cidade.

As manifestações são a forma que assumem os resíduos contra o que se impõe como hegemônico. Realizam-se de forma difusa e desencontrada em áreas de centralidade ou de “carrefour” na metrópole, de modo a criar visibilidade. Difusamente, suscitam questionamentos, sinalizam a exigência de um direito que, na realidade, é aquele da exigência de uma outra vida num outro tipo de urbano. As muitas bandeiras são interpretadas, podendo-se criar uma hipótese: essas várias bandeiras são passíveis de serem reunidas pelas várias facetas e planos que compõem a realização dos conteúdos da ideia de “direito à cidade” construída por Henri Lefebvre (1968).

A relação entre o habitante e a cidade é atravessada por modos de apropriação e usos que envolvem uma multiplicidade de possibilidades. A esfera da vida cotidiana sublinha entrecruzamentos de escalas e tempos: o que se passa no âmbito do processo de trabalho e fora dele; a produção de relações mais amplas, ligando-se às relações que ocorrem no lugar do morar, nas horas de lazer, na vida privada, guardando o sentido do dinamismo das relações entre necessidades e desejos; ações que fogem ao “poder estabelecido” ou se rebelam contra ele e contra tendências hegemônicas (e que se encontram latentes na vida urbana). Assim, a luta pelo espaço aparece sob essa orientação, e aponta uma carência radical, nos termos apontados por Heller (1983), como uma luta pela vida.⁵ Mas não qualquer vida. Na práxis, para Marx, cumpre-se o trabalho do negativo, a revolução que transforma o mundo; refiro-me aqui à construção concreta de alternativas ao neoliberalismo, pela rearticulação entre força social e esfera política. Não há futuro comum se o que se busca não contempla uma profunda crítica ao capitalismo como modelo civilizatório e ao papel do Estado nessa concepção.

Fillieule e Trattakowsky (2008, p. 11) chamam atenção para o fato de que as insurreições caracterizam-se por uma relação de imediatez com sua causa e objetivo – espacial e temporalmente –, desenvolvendo-se, com frequência, no lugar mesmo da injustiça denunciada ou próximo à habitação de seus autores, e implicando frequentemente a violência. Mas essas manifestações não se prendem à imediatez, exprimindo mudanças mais profundas e fundamentadas na construção de uma identidade de grupo e supondo organizações dotadas de estratégia coletiva. Certamente as manifestações por urgências não deixaram de se realizar, mas hoje vivenciamos no Brasil uma articulação dessas duas formas unificadas sob o projeto do direito à cidade.

O que as manifestações vão aos poucos revelando é a insuficiência dos discursos que apontam a diminuição da porcentagem da população abaixo da linha da pobreza, com a diminuição daqueles que ganham até três salários mínimos. Este dado, no entanto, revela algo que constitui uma problemática nova na urbanização brasileira hoje: esse aumento traduz-se pela incorporação da população de baixa renda ao mundo do cotidiano, envolto no mundo e lógica da mercadoria, incluindo o consumo do espaço, por meio do acesso ao crédito imobiliário para a casa própria. O programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, associado a esse indicador de renda, contempla uma necessidade do mercado imobiliário de continuar se reproduzindo, ao mesmo tempo em que revela, ao voltar-se para a construção de condomínios fechados para uma população que ganha de três a cinco salários mínimos, a extensão da

⁵ Ela não se reduz à luta pela propriedade, apesar de conter como necessidade sua superação.

base social necessária à expansão do processo acumulativo como momento da reprodução do espaço na periferia das metrópoles brasileiras. Trata-se, portanto, da expansão do mundo da mercadoria, atingindo uma população que vivia excluída dele e agora é incluída precariamente – consumindo os signos da riqueza –, submetendo-se ao cotidiano como programa do capitalismo (isto é, como espaço-tempo da acumulação), em sua submissão necessária ao mundo da mercadoria: relações sociais mediadas pelo mercado, signos, representações etc. Nessa situação, a desigualdade é reiterada: a forma contraditória da inclusão numa sociedade que exclui constantemente faz-se pela mudança da condição da população periférica em população consumidora do espaço.

Outra manifestação, que ocorre quase no mesmo período, aponta esse processo: o fenômeno do “rolezinho”. Como manifestação, completamente nova, ele vem compor o plano das ações públicas de forma diferenciada, apontando o poder desse mundo da mercadoria, como expressão pública das relações sociais impostas pelo seu poder. Aponta a segmentação da atividade do homem massacrado pelo processo de homogeneização que torna as pessoas “pasteurizadas” e, nesta condição, idênticas. Ilumina a condição universal de consumidor, vivida pelo cidadão em sua submissão ao consumo, restando às pessoas se diferenciarem no universo da moda, segmentada por estratos de renda da população, imposta pela criação hierárquica de grifes de objetos consumidos. Nessa condição, a mercadoria aparece como figura autônoma dotada de vida própria em relação aos homens. No mundo moderno, essa situação atingiu seu limite. A mercadoria autonomizou-se, generalizando-se face ao sujeito, determinando as relações entre as pessoas (uma vez que o processo de reprodução das relações sociais engloba a sociedade e o espaço inteiros), determinando comportamentos.

No plano do comportamento social, o rolezinho é a forma como a mercadoria produz a celebração em nossa sociedade, que vem junto com a banalização da vida e o esvaziamento das relações sociais. Atualiza o modo como se exerce o fascínio pela mercadoria, a derrota do ser humano, que desloca a realização de sua humanidade da realização do sonho pela conquista da liberdade criativa para a posse de uma mercadoria. No plano dos espaços dessa realização, a invasão dos shopping centers – com seus interiores luminosos e assépticos – substitui a apropriação dos espaços públicos do encontro de jovens, enquanto as formas de luta substituem-se pela exposição de bens: trata-se de encontros de jovens envoltos pelos signos poderosos da mercadoria. Revela a alienação na/da sociedade de consumo, o modo como os signos da mercadoria invadem o sonho, estabelecendo como realização pessoal a posse de seus signos portadores da felicidade que atraem fãs. O rolezinho expressa de forma moderna o fetiche da mercadoria.

Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, ao se realizarem, os rolezinhos trazem em si uma subversão. Ao tomarem espaços que não lhes são próprios, questionam seus acessos hierarquizados, numa sociedade de classes, com seus lugares e regras específicas. Essas manifestações desnudam para a sociedade que, ao contrário de sua representação social, os shoppings da metrópole não são espaços públicos, mas privados, com regras específicas e guarda particular. Os “rolezinhos”, mesmo submetidos aos signos do consumo e da cintilação da mercadoria, pretendem consumir improdutivamente o espaço, e, mesmo incompletamente, satisfazem desejos envoltos pelos signos da mercadoria.

As manifestações, de modo geral, reunindo várias bandeiras, vão apontando, aqui e ali:

(a) os frequentes processos de valorização do espaço urbano que têm afastado os pobres para periferias cada vez mais distantes, como consequência da estratégia que transforma a cidade em fonte de negócio – situação que se aprofunda com as políticas públicas que criam a infraestrutura e as políticas urbanas (planos diretores, novas leis de zoneamento, aumento de gabaritos dos imóveis etc.), necessárias à realização desse negócio, como as operações urbanas bem o demonstram;

(b) o modo como se constroem as alianças que privilegiam os setores imobiliários, as empresas de transporte, as grandes construtoras;

(c) o modo como se constroem políticas públicas abrindo os cofres públicos, concentrando os investimentos para determinados usos em determinados lugares, criando infraestrutura e incentivos para a iniciativa privada, aprofundando a separação da sociedade no espaço urbano;

(d) a segregação vivida na dimensão do cotidiano, que se apresenta, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano (como limitação de acesso a atividades urbanas), como separação do cidadão da centralidade;

(e) a deterioração, cerceamento e rediminuição dos espaços públicos, trazendo como consequência o estreitamento da esfera pública.

Uma sociedade que se defronta com a diferenciação, como expressão da desigualdade, ganhando realidade como separação/apartamento que condiciona as relações sociais e o modo como cada cidadão se apropria do espaço. Uma segregação que surge em contradição com a reunião (sentido mais profundo da prática urbana), como privação e, nesta dimensão, como o negativo da cidade.

Como porta de entrada para a compreensão da condição da vida no espaço urbano, a segregação urbana aparece sob o discurso da exclusão, sugerindo políticas de inclusão (necessidade de incluir todos ao mercado de bens) ou como marca da pobreza, exigindo a política de sua erradicação. A política de erradicação da pobreza e do que dela se deriva – a fome, o não acesso à educação, a destituição da dignidade humana –, por sua vez, não se realiza sem um projeto de sociedade. A radicalidade do termo “erradicação” reduz-se a retórica e não coloca a necessidade de transformação radical daquilo que produz o que se pretende erradicar, daquilo que está na base desta sociedade, realizando-a.

Portanto, para além dos estritos limites dos indicadores associados ao consumo e a nossa condição de consumidores, é a condição de não sujeito que se revela, a condição daquele que é estigmatizado: a pobreza associada à violência, ao feio ao não compatível com o cenário globalizado construído no espaço urbano. Esse discurso justifica o planejamento que elimina e higieniza todas as marcas daquilo que a estética capitalista considera retrógrado e ultrapassado. Reduzida a indicadores de consumo e acesso a bens, esconde-se a situação em que o sujeito está destituído de sua condição humana como sujeito produtor do espaço. Por sua vez, os espaços da cidade produzidos como mercadoria (pela extensão da propriedade privada do solo urbano) apontam a mediação do urbanismo como forma de pensar e orientar a ação na esfera do planejamento. Ideológico, esse planejamento, de classe, realiza-se contra parte significativa da sociedade que não tem direitos e nem pode se manifestar – vide os debates sobre as novas formas de discriminar os participantes de manifestações aumentando punições.

Trata-se da despossessão da humanidade do homem, do ser humano reduzido às condições de mera sobrevivência, reproduzindo-se em sua condição animal, isto é, no que diz respeito a suas necessidades básicas – comer, beber, dormir (condição inicial e natural de sua vida). Trata-se do homem reduzido a seu limite extremo, a partir do qual não consegue se manter vivo e fazer a história. Nessa condição alienada, o sujeito defronta-se com uma vida destituída de seu sentido (aquele da realização do humano por meio da construção de um objeto capaz de resumir e sintetizar todas as atividades humanas).

Hoje, as políticas de renovação urbana – induzindo a abertura de grandes avenidas, construindo imensas cicatrizes no tecido urbano, dividindo grupos sociais, criando novos lugares de lazer, abrindo áreas para novas torres de escritórios ou condomínios de classe média – destroem bairros, arrasam referenciais que sustentam a vida e expulsam os que não são compatíveis com as mudanças – leia-se, aqui, os que não são capazes de pagar pelo processo de valorização do espaço. O modelo de política que separa e isola é sustentado por um discurso que reduz o cidadão à condição de trabalhador, gerando políticas urbanas que realizam a cidade como deslocamento casa/trabalho. Um exemplo significativo repousa no fato de que o prefeito de São Paulo, respondendo às manifestações por transporte público, fez ampliar a criação de faixas exclusivas para ônibus por toda a cidade, como forma de resolver uma crise social reduzida a uma diminuição irrisória e temporária do tempo de locomoção dos usuários de ônibus. Uma forma ideológica de compreender espaço e tempo da prática social. Já o discurso da inclusão trata o sujeito como consumidor de produtos, entre eles, infraestrutura urbana. Na realidade, as renovações inscrevem-se no processo de mercantilização do mundo e sinalizam as estratégias de reprodução do espaço urbano que reorientam a prática social, submetendo a vida.

A exterioridade do espaço atualiza a alienação na sociedade urbana

O processo de acumulação traz duas necessidades. De um lado, a exigência da produção do espaço como mercadoria, no movimento da mercantilização do mundo. Nessa condição, o tecido urbano se rompe, separando e delimitando as ações e atividades no espaço. Isso significa dizer que as relações sociais estão também submetidas a essa lógica. De outro, a necessidade da extensão da base de consumo – que hoje atinge a base da pirâmide social –, na qual o sujeito cindido (que vive o espaço em fragmentos) é constantemente reduzido a sua condição de consumidor e, nessa condição, seu projeto é fazer ascender sua qualidade de vida como forma de acesso a um novo status social pela posse de bens. Essa posse marca os conteúdos da cidadania capitalista – a redução do sujeito à condição de membro participante da esfera do consumo, reduzido ao âmbito econômico, dominado e orientado pela mídia, que forja constantemente novas condutas sociais. Por sua vez, a prática urbana repõe a vida como fonte de privação, apontando novas formas da alienação nas quais a segregação revela a propriedade em seu sentido pleno – “privada” – e, nessa condição, abstrata, pairando sobre a sociedade e orientando os modos de uso, delimitando explicitamente a apropriação do tempo e do espaço, propondo o esvaziamento das ruas dos bairros, subsumindo as festas que escasseiam ou espetacularizam-se; nessa lógica, impõe-se como tradição do outro (caso das festas de Halloween), com suas representações.

Relações entre os homens num mundo onde o efêmero impõe-se como “modo de vida” e os referenciais tornam-se obsoletos, tanto quanto a história. A vida doméstica, invadida pelo tempo da sociedade produtivista, contempla a transformação do sujeito em espectador. Há um fechamento da ação na vida privada, nas simulações da vida social por meio da cultura e do esporte, por exemplo. No espaço público, a cidade vivida como fragmento encolhe as possibilidades do entrelaçamento das ações que pontuam a vida, capazes de permitir/renovar os eventos cotidianos. O shopping center é representado como espaço público, aparecendo como o lugar que no mundo moderno permite a reunião, ganhando “centralidade” na vida urbana frente ao esvaziamento real e simbólico dos espaços públicos.

A “espetacularização” (do espaço) e a “celebrização” (do indivíduo) marcam esse empobrecimento, revelando novos conteúdos da urbanidade. O mundo vem camuflar as frustrações; os exemplos são notórios: os BBB estimulam e realizam o voyeurismo, simulando a participação do público nas decisões de quem fica ou sai do programa,⁶ enquanto o Facebook propõe a “celebrização” de indivíduos absolutamente normais, num glamour e importância forjados pela postagem de cenas banais compartilhadas por um conjunto de “seguidores” – uma forma adequada de adjetivar uma relação social marcada pelo vazio.

Em ambos os casos, trata-se da reelaboração dos termos da alienação, que passa pela degradação do humano em suas várias formas. Nesse movimento, a vida metropolitana apresenta a constituição de uma identidade abstrata que transfigura o cotidiano, impondo os signos de um modelo manipulador, organizando as relações sociais direcionadas pelo consumo dos signos e do espetáculo. A existência prática da abstração ocorre num momento definido e real: na vida cotidiana, no espaço urbano, promovida pela separação entre uso e troca. Na privação dos direitos que fundam e orientam as relações sociais, na condição subalterna da sociedade como reprodutora mecânica, ampliando as condições da privação. Essa prática que nega a realização da essência humana é resultado da fragmentação da totalidade do processo social. Ao ser destituído dessa totalidade, o indivíduo dela se perde, e a prática socioespacial segregada repõe, constantemente, a negação do humano e da cidade.

Da privação ao direito à cidade

Envolto numa nuvem de imagens, preso pelas formas, enlaçado pelo discurso e submetido pela ideologia, o homem, hoje, compreende mal suas relações com a sociedade, e, ao invés de dominar as relações, é dominado por elas, manipulado pelas forças econômicas e políticas. As manifestações que vêm aflorando nas metrópoles permitem dialetizar essa situação, introduzindo práticas democráticas. Desse modo, aparecem como espaços-tempos de resistências, lugares da esperança, pois surgem da necessidade de mudar a vida real, penetrada de possibilidades que tendem a negá-la. Assim, são contradições e conflitos no seio do real que fazem surgir os problemas colocados pelas virtualidades. Assim se opera o trabalho do negativo: da necessidade da realização/emancipação do homem pela abolição de suas condições de exploração e opressão.

⁶ É sintomático que José Simão defina os participantes do BBB 14, com seus corpos turbinados por muita ginástica, enfeitados por muitas tatuagens e excesso de silicone, como “a turma do Friboi”, em referência ao nome de um frigorífico (Simão, 2014).

A luta por “outro mundo possível” está em construção, e isso é central, como também o é a necessidade de um caminho de construção dessa radicalidade apoiada na compreensão profunda da realidade que vivemos. Mas um outro mundo possível depende de seu conteúdo de subversão, da negação da ordem vigente, dos valores desta sociedade, rechaçando a lógica de uma integração ao capitalismo, em sua razão desumanizadora.⁷ Está em jogo um projeto que rompa com o racionalismo que toma a forma de dominação, permitindo que se formulem exigências práticas. Nessa direção, o plano teórico articula-se ao real, à práxis como prática socioespacial. Refere-se à realização da vida humana: a virtualidade, diferente de necessidade, é a dialética do possível e impossível.⁸

Os movimentos sociais, bem como as manifestações, de modos diferentes e com estruturas também diferentes, sinalizam a consciência da extrema privação do humano, não de sua condição de consumidor de bens e serviços.

A esperança não é um estado social, o de bem-estar, do consumo ou até dos privilégios de que já desfrutam as minorias afluentes. A esperança só o é como possível, o que pode ser, o que ainda não é, mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico, pela crítica que revê continuamente as verdades, suas limitações, seus bloqueios (Martins, 2010, p. 12).

Assim, o desejo de mudar a vida exige a satisfação de uma necessidade radical,⁹ aquela que supera o capitalismo, envolvendo uma profunda e devastadora crítica ao poder político.

A noção de “direito à cidade”, tal qual construída por Henri Lefebvre (1968), cria uma nova inteligibilidade, iluminando um projeto para a sociedade: (a) como produto da crítica radical ao planejamento e à produção de um conhecimento sobre a cidade que reduz a problemática urbana àquela da gestão do espaço da cidade, com o fim de restituir a coerência do processo de crescimento (apoiado no saber técnico que instrumentaliza o planejamento estratégico realizado sob a batuta do Estado, justificando sua política); (b) como movimento da práxis, no cotidiano. O “direito à cidade” construído na negação do mundo invertido, aquele das cisões; da identidade abstrata; da passividade; da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens; da segregação fundada na propriedade privada; da importância da instituição e do mercado; do poder repressivo; do desaparecimento das particularidades; do processo que produz o tempo como efêmero e o espaço como produção amnésica; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo.

Uma ideia do teatrólogo francês Antonin Artaud (1984, p. 22) guarda uma mensagem que ainda não envelheceu e pode ser hoje um desafio para os estudantes que iniciam uma nova jornada: “É tudo o que não nasceu pode vir a nascer, contanto que não nos contentemos em permanecer simples órgãos de registro”.

7 Os movimentos são o negativo em ação, mas essa condição só se realiza na totalidade do mundo, essa é a universalidade necessária para superar a condição fragmentária das lutas.

8 Apontado por Henri Lefebvre em várias de suas obras.

9 Nos termos apontados por Agnes Heller (1983).

Referências

- ARTEAUD, A. O teatro e seu duplo. São Paulo: Max Limonad, 1984.
- BERNARD, M. Le corps. Paris: Seuil, 1995.
- CARLOS, A. F. A. A representação arcaica do espaço e o espaço público para além da esfera pública e seu sentido atual. In: _____. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011. p. 125-140.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. Antologia poética. São Paulo: Record, 2001.
- FILLIEULE, O.; TRATTAKOWSKY, D. La manifestation. Paris: Presse de la Fondation de Sciences Po, 2008.
- HELLER, A. A filosofia radical. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HOMERO. Ilíada. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- JAEGER, W. Paideia: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEFEBVRE, H. Le droit à la ville. Paris: Anthropos, 1968.
- LIPOVETSKY, G. Espace privé, espace public à l'âge postmoderne. In: BAUDRILLARD, J. et al. Citoyenneté et urbanité. Paris: Esprit, 1991. p. 105-122.
- MARTINS, J. S. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2010.
- PACQUOT, T. Homo urbanus. Paris: Félin, 1990.
- PEREC, G. Espèces d'espaces. Paris: Galilée, 1974.
- SIMÃO, J. Ueba! "BBB", a Turma do Friboi! Folha de S.Paulo, 17 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josesimao/2014/01/1398877-ueba-bbb-a-turma-do-friboi.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica. In: ARANTES, A. A. (Org.). O espaço da diferença. São Paulo: Papius, 2000.